

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O país foi confrontado com uma reportagem televisiva em que são exibidos repetidos atos de tortura e de humilhação de cidadãos estrangeiros trabalhadores em Portugal por parte de elementos da Guarda Nacional Republicana. O choque e a repugnância com que o país reagiu de imediato ao conhecimento desta situação mostram como a prática de comportamentos racistas e de violação grosseira dos direitos humanos por elementos de forças de segurança merece a mais viva reprovação da grande maioria da sociedade portuguesa.

É sabido que o caso objeto de reportagem está a ser objeto de tratamento judicial pelas autoridades competentes, como se exige. A motivação racista e xenófoba dos comportamentos em causa será devidamente valorada no quadro dos processos em apreço.

Mas o facto de o poder judicial estar a exercer as suas responsabilidades não afasta a necessidade de esclarecimentos pela tutela política das forças a que pertencem os autores daqueles atos hediondos. Porque eles vêm confirmar a persistência de motivações racistas e xenófobas em formas ilegais e totalmente inaceitáveis de exercício dos poderes de autoridade por elementos das forças de segurança em Portugal.

O relatório da Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância, do Conselho da Europa, publicado em 2018, advertia frontalmente para a infiltração das forças policiais portuguesas por elementos da extrema direita que não se coíbiam de produzir publicamente discursos de ódio racistas e homofóbicos. Este foi apenas um dos vários relatórios internacionais que denunciam a prática de violência policial com fundamentação racista dirigida a elementos das comunidades afrodescendentes, ciganas ou a pessoas imigrantes em Portugal. Há poucos dias, a presidente do Grupo de Trabalho de Peritos das Nações Unidas sobre Pessoas de Ascendência Africana, em missão de recolha de informação sobre quaisquer formas de racismo, discriminação racial, xenofobia, afrofobia ou outras intolerâncias, disse ter ficado “surpreendida com o número e a dimensão de relatos credíveis sobre brutalidade policial”.

A estas preocupações acresce o facto de, entre os sete militares do Destacamento Territorial de

Odemira envolvidos nas práticas relatadas pela reportagem, três serem reincidentes na prática destes crimes.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, impõe-se uma ação firme e determinada que trave a infiltração das forças de segurança por forças de extrema direita e que reforce todos os mecanismos preventivos e punitivos do racismo e da xenofobia no exercício dos poderes policiais

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Administração Interna, as seguintes perguntas:*

1. Que consequências concretas vão ser adotadas na sequência dos factos vindos a público sobre a prática de atos de tortura e de humilhação contra cidadãos imigrantes por membros de forças de segurança na região de Odemira?
2. Como explica o Governo que três dos sete militares envolvidos sejam reincidentes, o que atesta a inoperância dos mecanismos de combate ao racismo e à xenofobia nas forças de segurança?
3. Que mecanismos tem o Governo em permanência para impedir a infiltração das forças policiais por elementos de extrema direita?

Palácio de São Bento, 20 de dezembro de 2021

Deputado(a)s

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)

BEATRIZ GOMES DIAS(BE)